

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2006

ANEXO III

**RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2006**

V - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

REGIONALIZAÇÃO

Inciso V das Informações Complementares relacionadas no Anexo III da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006

"V - Gastos, por Unidade da Federação, nas Áreas de Assistência Social, Educação, Desporto, Habitação, Saúde, Saneamento, Transporte e Irrigação, cor informações dos órgãos setoriais, com indicação dos critérios utilizados."

R\$ 1,00

Região / Estado	Assistência Social	Desporto	Educação	Habitação	Irrigação	Saneamento	Saúde	Transporte	Total
Nacional - NA	11.886.386.600	116.585.340	4.663.377.190	453.286.250	5.039.429	368.563.604	7.570.210.998	2.306.763.879	27.370.213.290
Nacional	11.886.386.600	116.585.340	4.663.377.190	453.286.250	5.039.429	368.563.604	7.570.210.998	2.306.763.879	27.370.213.290
Região Centro-Oeste - CO	448.597.567	0	657.341.266	4.128.360	8.722.271	62.642.395	1.806.058.886	683.392.727	3.670.883.472
Distrito Federal (DF)	5.292.300	0	410.165.468	0	0	4.530.872	308.613.334	55.798.000	784.399.974
Goiás (GO)	31.473.943	0	93.460.792	0	8.172.271	26.612.086	682.076.241	266.502.000	1.108.297.333
Mato Grosso (MT)	18.449.447	0	63.745.807	0	0	12.424.211	359.118.337	119.271.952	573.009.754
Mato Grosso do Sul (MS)	20.538.259	0	60.858.602	0	550.000	10.310.340	330.460.974	241.820.775	664.538.950
Na Região	372.843.618	0	29.110.597	4.128.360	0	8.764.886	125.790.000	0	540.637.461
Região Nordeste - NE	3.277.114.465	0	1.436.652.304	30.728.623	149.138.538	229.216.101	7.882.262.770	1.039.438.402	14.044.551.203
Alagoas (AL)	17.888.935	0	58.814.611	0	8.841.390	20.814.236	405.718.333	25.989.000	538.066.505
Bahia (BA)	77.397.692	0	197.786.388	0	43.510.827	30.610.511	1.732.799.876	217.626.190	2.299.731.484
Ceará (CE)	54.664.802	0	127.701.754	0	14.870.470	31.244.041	1.044.616.087	83.733.000	1.356.830.154
Maranhão (MA)	45.060.816	0	377.411.935	0	7.468.200	21.927.480	792.096.742	96.580.734	1.340.545.907
Paraíba (PB)	28.731.749	0	95.705.218	0	8.067.765	26.242.437	574.472.827	104.317.000	837.536.996
Pernambuco (PE)	59.409.498	0	181.304.318	0	46.791.351	27.404.121	1.176.229.805	250.695.250	1.741.834.343
Piauí (PI)	26.769.343	0	60.334.482	0	8.269.400	26.336.991	466.647.391	75.919.575	664.277.182
Rio Grande do Norte (RN)	31.534.470	0	78.967.552	0	1.982.235	19.506.705	438.646.429	159.458.653	730.096.044
Sergipe (SE)	17.058.177	0	46.090.290	0	9.336.900	9.826.570	266.555.280	25.119.000	373.986.217
Na Região	2.918.598.983	0	212.535.756	30.728.623	0	15.303.009	984.480.000	0	4.161.646.371
Região Norte - NO	710.546.769	0	513.172.731	12.179.895	10.400.000	72.749.728	1.908.195.140	656.188.290	3.883.432.553
Acre (AC)	7.520.228	0	17.425.374	0	0	7.051.525	95.819.478	59.463.000	187.279.605
Amapá (AP)	2.476.694	0	9.666.783	0	0	6.538.059	77.841.611	32.119.000	128.642.147
Amazonas (AM)	12.443.685	0	66.567.807	0	0	9.436.465	367.345.045	163.220.000	619.013.002
Pará (PA)	34.474.147	0	296.596.194	0	0	18.978.379	709.628.845	131.736.000	1.191.413.565
Rondônia (RO)	10.008.444	0	22.376.433	0	0	9.057.019	165.841.822	57.510.000	264.793.718
Roraima (RR)	5.764.202	0	12.482.666	0	400.000	6.580.848	57.869.079	32.530.000	115.626.795
Tocantins (TO)	8.822.071	0	30.102.890	0	10.000.000	11.265.147	215.139.260	179.610.290	454.939.658
Na Região	629.037.298	0	57.954.584	12.179.895	0	3.842.286	218.710.000	0	921.724.063

REGIONALIZAÇÃO

Inciso V das Informações Complementares relacionadas no Anexo III da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006

"V - Gastos, por Unidade da Federação, nas Áreas de Assistência Social, Educação, Desporto, Habitação, Saúde, Saneamento, Transporte e Irrigação, cor informações dos órgãos setoriais, com indicação dos critérios utilizados."

R\$ 1,00

Região / Estado	Assistência Social	Desporto	Educação	Habitação	Irrigação	Saneamento	Saúde	Transporte	Total
Região Sudeste - SD	1.958.826.314	260.500.000	1.448.075.836	52.366.123	13.448.000	186.060.187	12.083.695.402	999.955.173	17.002.927.035
Espírito Santo (ES)	22.049.492	0	69.372.672	0	0	16.171.783	465.784.106	63.830.000	637.208.053
Minas Gerais (MG)	100.646.109	0	469.020.089	0	13.448.000	38.659.457	2.493.499.684	571.332.313	3.686.605.652
Rio de Janeiro (RJ)	46.755.338	260.500.000	381.085.699	0	0	37.567.697	2.806.817.159	169.555.600	3.702.281.493
São Paulo (SP)	95.900.252	0	434.015.632	0	0	66.641.129	5.746.394.453	194.937.260	6.537.888.726
Na Região	1.693.475.123	0	94.581.744	52.366.123	0	27.020.121	571.200.000	300.000	2.438.943.111
Região Sul - SL	759.628.820	0	576.648.164	8.664.999	0	73.014.402	3.898.563.274	802.657.550	6.119.177.209
Paraná (PR)	62.050.110	0	153.759.806	0	0	27.897.727	1.403.627.314	92.578.358	1.739.913.315
Rio Grande do Sul (RS)	48.227.768	0	271.940.285	0	0	22.833.511	1.501.435.386	345.115.192	2.189.552.142
Santa Catarina (SC)	38.305.964	0	111.484.983	0	0	21.083.164	787.280.574	364.964.000	1.323.118.685
Na Região	611.044.978	0	39.463.090	8.664.999	0	1.200.000	206.220.000	0	866.593.067
Total Geral	19.041.100.535	377.085.340	9.295.267.491	561.354.250	186.748.238	992.246.417	35.148.986.470	6.488.396.021	72.091.184.762

Critérios: Grupos de Despesa 3, 4 e 5, exclusive Esfera Orçamentária 30

Assistência Social: Função 08 Habitação: Função 16

Desporto: Função 27

Educacão: Funcão 12

Saúde: Função 10, exceto Programas 0122, 1138, 1287 e 8007

Transporte: Função 26

Irrigação: Subfunção 607 ou Programa 1037

Saneamento: Funcão 17 ou Programas 0122, 1138, 1287 e 8007

INCISO V - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

ÓRGÃO	PROGRAMA		UF	CRITÉRIOS A SEREM UTILIZADOS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EM 2006
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO		

ASSISTÊNCIA SOCIAL

53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

	0351	Agricultura Familiar - PRONAF Capacitação de produtores familiares nos perímetros públicos de irrigação/nacional	Nacional	Priorização pelo DNOCS dos projetos de irrigação ditos "sociais", como por exemplo o P.I. Quixabinha, Ema, Itans, Sabugi, Engenheiro Arcosverde, Cachoeira II, Custódia, Cruzeta, Jacurici, Sabugi, Várzea do Boi, e outros, visto que provavelmente só atingirão o estágio de autogestão a longo prazo. Serão realizadas ações de capacitação em áreas que priorizem o desenvolvimento de alternativas às atividades agrícolas atualmente utilizadas, como a apicultura, a caprino-ovinocultura, o artesanato, etc. Também serão ministrados cursos que estimulem a organização social e gerencial dos irrigantes, priorizando os que qualifiquem grupos de produtores por atividade econômica.
--	------	---	----------	--

	1047	CONVIVER Capacitação para a produção alternativa de alimentos para o semi-árido	NE	Execução de ações de capacitação tecnológica para técnicos multiplicadores e produtores familiares nos Perímetros Públicos de Irrigação do DNOCS, que serão implementadas pela EMBRAPA-CNPAT, através de convênio celebrado entre o DNOCS e a EMBRAPA. O projeto de capacitação será composto pelas etapas: levantamento da demanda de treinamentos e capacitações tecnológicas nos Perímetros Públicos de Irrigação selecionados; capacitação tecnológica efetiva, para técnicos multiplicadores e produtores familiares nos Perímetros Públicos de Irrigação do DNOCS e implantação de 01 (uma) unidade piloto de processamento de frutas em Perímetro Irrigado a ser escolhido. As ações visam a formação de uma rede para apoiar o processo de modernização tecnológica e o desenvolvimento sustentável, de modo a inserir de forma competitiva, nos mercados, os produtores desses perímetros de irrigação.
--	------	--	----	--

	1329	Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural	Nordeste e Sudeste	A ação visa Proporcionar aos jovens rurais dos Vales do São Francisco e do Parnaíba condições de fixação no campo por meio da formação da cidadania, da capacitação para o trabalho e da organização cooperativa, com o estabelecimento de parcerias com as empresas locais (urbanas e rurais) para o fornecimento de estágios e o primeiro emprego, em conformidade com os Programas Sociais do Governo Federal. Desta maneira garante a capacitação dando ênfase ao empreendedorismo, a qualificação profissional e a geração de emprego e renda com inclusão social. O projeto Amanhã, que possibilita o desenvolvimento dessa capacitação beneficia jovens rurais, compreendidos na faixa etária de 14 a 26 anos, matriculados em instituições de ensino regular ou supletivo e filhos de pequenos agricultores inseridos nos Perímetros de Irrigação e áreas adjacentes da Empresa, em cursos profissionalizantes, em parceria com várias organizações da sociedade civil e privada das regiões de abrangência da Empresa, priorizando as áreas de caprinovicultura , apicultura, piscicultura, informática e fruticultura em conformidade com os Arranjos Produtivos Locais (APL's), que se desenvolvem nas áreas de atuação e responsabilidade da CODEVASF.
--	------	--	--------------------	--

55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

	1006	Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate a Fome	Nacional	Vide critérios contidos no Anexo I
--	------	---	----------	------------------------------------

INCISO V - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

ORGÃO	PROGRAMA		UF	CRITÉRIOS A SEREM UTILIZADOS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EM 2006
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO		
	1049	Acesso a Alimentação	Nacional	Vide critérios contidos no Anexo I
	1335	Transferência de Renda Com Condicionalidades - Bolsa Família	Nacional	Vide critérios contidos no Anexo I
	1335	Transferência de Renda Com Condicionalidades - Bolsa Família	Norte	
	1335	Transferência de Renda Com Condicionalidades - Bolsa Família	Nordeste	
	1335	Transferência de Renda Com Condicionalidades - Bolsa Família	Sul	
	1335	Transferência de Renda Com Condicionalidades - Bolsa Família	Sudeste	
	1335	Transferência de Renda Com Condicionalidades - Bolsa Família	Centro-Oeste	
	1133	Economia Solidária em Desenvolvimento	Nacional	Vide critérios contidos no Anexo I
	0073	Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Nacional	Vide critérios contidos no Anexo I
	0073	Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Todos os Estados e DF	
	1384	Proteção Social Básica	Nacional	Vide critérios contidos no Anexo I
	1384	Proteção Social Básica	Todos os Estados e DF	

INCISO V - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

ORGÃO	PROGRAMA		UF	CRITÉRIOS A SEREM UTILIZADOS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EM 2006
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO		
	1385	Proteção Social Especial	Nacional	Vide critérios contidos no Anexo I
	1385	Proteção Social Especial	Todos os Estados e DF	
	0068	Erradicação do Trabalho Infantil	Nacional	Vide critérios contidos no Anexo I
	0068	Erradicação do Trabalho Infantil	Todos os Estados e DF	

INCISO V - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

ÓRGÃO	PROGRAMA		UF	CRITÉRIOS A SEREM UTILIZADOS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EM 2006
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO		

EDUCAÇÃO

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

26000	1060	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	Nacional	Número de alunos matriculados na rede pública de ensino, segundo levantamento do último censo escolar; análise e aprovação de projetos com base na Resolução FNDE nº 25 de 16/06/2005
26000	1061	Brasil Escolarizado	Nacional	Número de alunos matriculados na rede pública de ensino, segundo levantamento do último censo escolar.
26000	1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	Nacional	Número de alunos matriculados na respectiva unidade de Educação Profissional da Rede Federal
26002	1072	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica	Nacional	De acordo com os parâmetros utilizados pelo órgão, são analisados e aprovados os projetos apresentados, que atendam às especificidades das ações
26000	1073	Universidade do Século XXI	Nacional	Número de alunos matriculados na respectiva unidade de Ensino Superior da Rede Federal
26000	1374	Desenvolvimento da Educação Especial	Nacional	São atendidas as entidades de educação especial que atendam às especificações da Resolução FNDE nº 18 de 09/05/2005
26000	1375	Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	Nacional	Alunos matriculados em cursos de pós-graduação reconhecidos nas respectivas áreas de conhecimento.
26000	1376	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	Nacional	Número de alunos matriculados na rede pública de ensino, segundo levantamento do último censo escolar; análise e aprovação de projetos com base nas especificações do órgão
26000	1378	Desenvolvimento do Ensino Médio	Nacional	Número de alunos matriculados na rede pública de ensino, segundo levantamento do último censo escolar; análise e aprovação de projetos com base nas especificações do órgão
26000	1377	Educação para a Diversidade e Cidadania	Nacional	De acordo com os parâmetros utilizados pelo órgão, são analisados e aprovados os projetos apresentados, que atendam às especificidades das ações

49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

	1350	Educação do Campo - PRONERA	Nacional	<p>O PRONERA é estratégico para o desenvolvimento territorial sustentável, ampliando os conhecimentos técnico-científicos dos jovens e adultos, o Programa se articula às demais políticas setoriais porque fortalece a educação nas áreas de RA ao estimular e apoiar a educação em diferentes níveis de escolarização. O objetivo principal é vincular os processos de ensino dos trabalhadores ao apoio à organização da produção e a melhoria da agregação de valor aos produtos através de maior acesso ao conhecimento. A fonte utilizada para definição dos preços informados: distância e condições de acesso entre as áreas de assentamento e os centros de formação, quantidade de professores e monitores necessários para cumprir a matriz curricular de cada curso; necessidades de recursos didáticos e de materiais de trabalho de acordo com as especificidades dos cursos; preços mínimos que garantam a alimentação e a hospedagem dos estudantes e professores em centros de formação que não apresentam nenhuma finalidade lucrativa; hora-aula com valores mínimos e abaixo da média nacional pago pelos cursos nas universidades.</p> <p>Cabe ressaltar que a definição do custo-aluno não considerou uma condição ideal, muito menos, o que as universidades brasileiras gastam em um ano por aluno matriculado regularmente, ou os gastos do FNDE que descentraliza recursos para unidades escolares que possuem uma estrutura, professores e condições mínimas de trabalho. A coordenação considerou o possível diante as demandas educacionais. Cada coordenação de projeto investe na ampliação de parcerias para garantir a viabilidade dos cursos nos Estados</p>
--	------	-----------------------------	----------	--

INCISO V - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

ORGÃO	PROGRAMA		UF	CRITÉRIOS A SEREM UTILIZADOS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EM 2006
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO		
53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL				
	0351	Agricultura Familiar - PRONAF Capacitação de produtores familiares nos perímetros públicos de irrigação/nacional	Nacional	Priorização pelo DNOCS dos projetos de irrigação ditos "sociais", como por exemplo o P.I. Quixabinha, Ema, Itans, Sabugi, Engenheiro Arcoville, Cachoeira II, Custódia, Cruzeta, Jacurici, Sabugi, Várzea do Boi, e outros, visto que provavelmente só atingirão o estágio de autogestão a longo prazo. Serão realizadas ações de capacitação em áreas que priorizem o desenvolvimento de alternativas às atividades agrícolas atualmente utilizadas, como a apicultura, a caprino-ovinocultura, o artesanato, etc. Também serão ministrados cursos que estimulem a organização social e gerencial dos irrigantes, priorizando os que qualifiquem grupos de produtores por atividade econômica.
	1047	CONVIVER Capacitação para a produção alternativa de alimentos para o semi-árido	NE	Execução de ações de capacitação tecnológica para técnicos multiplicadores e produtores familiares nos Perímetros Públicos de Irrigação do DNOCS, que serão implementadas pela EMBRAPA-CNPAT, através de convênio celebrado entre o DNOCS e a EMBRAPA. O projeto de capacitação será composto pelas etapas: levantamento da demanda de treinamentos e capacitações tecnológicas nos Perímetros Públicos de Irrigação selecionados; capacitação tecnológica efetiva, para técnicos multiplicadores e produtores familiares nos Perímetros Públicos de Irrigação do DNOCS e implantação de 01 (uma) unidade piloto de processamento de frutas em Perímetro Irrigado a ser escolhido. As ações visam a formação de uma rede para apoiar o processo de modernização tecnológica e o desenvolvimento sustentável, de modo a inserir de forma competitiva, nos mercados, os produtores desses perímetros de irrigação.
	1329	Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural	Nordeste e Sudeste	A ação visa Proporcionar aos jovens rurais dos Vales do São Francisco e do Parnaíba condições de fixação no campo por meio da formação da cidadania, da capacitação para o trabalho e da organização cooperativa, com o estabelecimento de parcerias com as empresas locais (urbanas e rurais) para o fornecimento de estágios e o primeiro emprego, em conformidade com os Programas Sociais do Governo Federal. Desta maneira garante a capacitação dando ênfase ao empreendedorismo, a qualificação profissional e a geração de emprego e renda com inclusão social. O projeto Amanhã, que possibilita o desenvolvimento dessa capacitação beneficia jovens rurais, compreendidos na faixa etária de 14 a 26 anos, matriculados em instituições de ensino regular ou supletivo e filhos de pequenos agricultores inseridos nos Perímetros de Irrigação e áreas adjacentes da Empresa, em cursos profissionalizantes, em parceria com várias organizações da sociedade civil e privada das regiões de abrangência da Empresa, priorizando as áreas de caprinovicultura , apicultura, piscicultura, informática e fruticultura em conformidade com os Arranjos Produtivos Locais (APL's), que se desenvolvem nas áreas de atuação e responsabilidade da CODEVASF.

INCISO V - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

ORGÃO	PROGRAMA		UF	CRITÉRIOS A SEREM UTILIZADOS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EM 2006
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO		

DESPORTO

51000 - MINISTÉRIO DO ESPORTE

1246	Rumo ao Pan 2007	RJ	Em virtude da realização dos Jogos Pan-americanos de 2007 na cidade do Rio de Janeiro/RJ.
------	------------------	----	---

INCISO V - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

ORGÃO	PROGRAMA		UF	CRITÉRIOS A SEREM UTILIZADOS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EM 2006
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO		

HABITAÇÃO

56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES

	0634	Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários na Região Norte	N	Percentual de domicílios em aglomerados subnormais na Região Norte em relação ao total Brasil, segundo estudo da Fundação João Pinheiro "DÉFICIT HABITACIONAL DO BRASIL"
	0634	Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários na Região Nordeste	NE	Percentual de domicílios em aglomerados subnormais na Região Nordeste em relação ao total Brasil, segundo estudo da Fundação João Pinheiro "DÉFICIT HABITACIONAL DO BRASIL"
	0634	Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários no Região Sudeste	SE	Percentual de domicílios em aglomerados subnormais na Região Sudeste em relação ao total Brasil, segundo estudo da Fundação João Pinheiro "DÉFICIT HABITACIONAL DO BRASIL"
	0634	Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários na Região Sul	S	Percentual de domicílios em aglomerados subnormais na Região Sul em relação ao total Brasil, segundo estudo da Fundação João Pinheiro "DÉFICIT HABITACIONAL DO BRASIL"
	0634	Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários na Região Centro - Oeste	CO	Percentual de domicílios em aglomerados subnormais na Região Centro-Oeste em relação ao total Brasil, segundo estudo da Fundação João Pinheiro "DÉFICIT HABITACIONAL DO BRASIL"
	0644	Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil)	NA	Custo médio apurado nos projetos decorrentes dos contratos de repasse assinados desde 2000 até dezembro de 2004, amparados no Contrato de Empréstimo nº 1126/OC/BR, firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em 13 de setembro de 1999.
	0652	Apoio à Modernização Institucional dos Municípios para Atuação na Melhoria das Condições do Setor Habitacional no Segmento das Famílias de Baixa Renda (Habitar-Brasil)	NA	Custo médio apurado nos projetos decorrentes dos contratos de repasse assinados desde 2000 até dezembro de 2004, amparados no Contrato de Empréstimo nº 1126/OC/BR, firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em 13 de setembro de 1999.
	0648	Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda na Região Norte	N	Percentual do déficit habitacional na Região Norte em relação ao total Brasil, segundo estudo da Fundação João Pinheiro "DÉFICIT HABITACIONAL DO BRASIL"
	0648	Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda na Região Nordeste	NE	Percentual do déficit habitacional na Região Nordeste em relação ao total Brasil, segundo estudo da Fundação João Pinheiro "DÉFICIT HABITACIONAL DO BRASIL"
	0648	Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda na Região Sudeste	SE	Percentual do déficit habitacional na Região Sudeste em relação ao total Brasil, segundo estudo da Fundação João Pinheiro "DÉFICIT HABITACIONAL DO BRASIL"

INCISO V - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

ORGÃO	PROGRAMA		UF	CRITÉRIOS A SEREM UTILIZADOS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EM 2006
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO		
	0648	Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda na Região Sul	S	Percentual do déficit habitacional na Região Sul em relação ao total Brasil, segundo estudo da Fundação João Pinheiro "DÉFICIT HABITACIONAL DO BRASIL"
	0648	Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda na Região Centro-Oeste	CO	Percentual do déficit habitacional na Região Centro-Oeste em relação ao total Brasil, segundo estudo da Fundação João Pinheiro "DÉFICIT HABITACIONAL DO BRASIL"

INCISO V - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

ORGÃO	PROGRAMA		UF	CRITÉRIOS A SEREM UTILIZADOS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EM 2006		
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO				
SAÚDE						
36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE						
	1203	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	Todos os Estados e DF	Ação 0829 - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios Certificados para a Vigilância em Saúde >>> Definidos segundo os critérios estabelecidos nos artigos nºs 15, 16 , 17 e 18 da Portaria MS nº 1.172, de 15.06.2004, publicada no DOU nº 115, de 17.06.2004.		
	1203	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	Nacional	Recursos alocado no Nacional para realização de ajustes necessários no decorrer do exercício.		
	1214	ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	Todos os Estados e DF	Ação - 0589 - Incentivo Financeiro a Municípios Habilidos a parte variável do Piso de Atenção Básica - PAB para Saúde da Família >> Nº de Equipes de Saúde da Família, nº de Agentes Comunitários de Saúde e nº de Equipes de Saúde Bucal em atuação nos municípios do Estado, com base no SIAB, bem como projeção de ampliação para alcance de metas pactuadas entre os gestores do Sistema. Adesão do município à estratégia de Saúde da Família. O valor do incentivo varia de acordo com o percentual da população atendida pelo programa. Ação 8577 - Atendimento Assistencial Básico nos Municípios Brasileiros >>> Gastos com estimativas do IBGE, de acordo com Norma Operacional vigente, a qual define que os recursos de Piso de Atenção Básica correspondam a um valor per capita, a ser repassado aos municípios para o custeio das ações e serviços de saúde, nesse nível de atenção.		
	1214	ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	Nacional	Recursos alocado no Nacional para realização de ajustes necessários no decorrer do exercício.		
	1216	ATENÇÃO ESPECIALIZADA	Todos os Estados e DF	Ação - 8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada >>> Utilização de parâmetros de cobertura de serviços especializados, considerando: perfil da oferta de serviços na região; perfil epidemiológico da população; a capacidade instalada; e a sustentabilidade dos projetos. Utilização de parâmetros de cobertura de serviços especializados e de critérios como: acesso, nº de serviços cadastrados no CNES, disponibilidade de RH, impacto financeiro no custeio da assistência e análise de projetos prioritários (Hospitais de Pequeno Porte, Hospitais de Ensino)		
	1216	ATENÇÃO ESPECIALIZADA	Nacional	Recursos alocado no Nacional para realização de ajustes necessários no decorrer do exercício.		
	1220	ATENÇÃO HOSPITALAR E AMBULATORIAL NO SUS	Acre	Ação 8585 - Atenção às Saúde nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada >>> Utilização de parâmetro de cobertura de internação hospitalar e de consultas médicas especializadas; incorporação dos impactos decorrentes dos reajustes nas tabelas de procedimentos do SUS; incremento diferenciados no valor dos tetos financeiros dos estados para redução de iniquidades nos valores alocados por região, e capacidade de produção de serviços no Estados, com base em série histórica. Na ação estão previstos recursos para custeio da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar nos estados e municípios habilitados em gestão plena do sistema. Outros critérios considerados: perfil demográfico da região e perfil epidemiológico da população; desempenho da produção de serviços; capacidade instalada; impacto decorrente da implementação de políticas estratégicas (Exemplo:Urgência e Emergência, Saúde Bucal, e outras)		
	1220	ATENÇÃO HOSPITALAR E AMBULATORIAL NO SUS	Todos os Estados e DF	os critérios são os mesmos do descrito para o Estado do Acre.		

INCISO V - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

ORGÃO	PROGRAMA		UF	CRITÉRIOS A SEREM UTILIZADOS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EM 2006
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO		
	1220	ATENÇÃO HOSPITALAR E AMBULATORIAL NO SUS	Nacional	Recursos alocado no Nacional para realização de ajustes necessários no decorrer do exercício.
	1289	VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS, SERVIÇOS E AMBIENTES	Acre	Ação 0852 - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para execução de ações de médio e alto risco sanitários inseridos na programação pactuada de Vigilância Sanitária e Ação 0990 - Incentivo Financeiro ao Municípios Habilidos a parte variável do piso de atenção básica para ações de vigilância sanitária >>> Critério de regionalização previsto no art. 7º da Portaria GM nº 2.742, de 29.12.03.
	1289	VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS, SERVIÇOS E AMBIENTES	Todos os Estados e DF	os critérios são os mesmos do descrito para o Estado do Acre.
	1291	SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE	Acre	Ação - 7690 - Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia >>> Mapeamento da rede existente e utilização de critérios, como base populacional, para estimar a sua estruturação, aportando valor maior para investimentos. Investimento na hemorrede pública existente, em consonância com o Plano Diretor de Sangue e Hemoderivados, elaborado pelo estado, com o apoio da Coordenação da Política Nacional de Sangue e Hemoderivados.
	1291	SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE	Todos os Estados e DF	os critérios são os mesmos do descrito para o Estado do Acre.
	1291	SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE	Nacional	Recursos alocado no Nacional para realização de ajustes necessários no decorrer do exercício.
	1293	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	Acre	AÇÃO 0593 - Incentivo Financeiro a municípios habilitados a parte variável do PAB para Assistência Farmacêutica Básica ->> A Portaria GM 176/99 estabelece os critérios e requisitos para qualificação dos estados e municípios ao Incentivo à Assistência Farmacêutica Básica. Este Incentivo foi pactuado pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal) como repasse federal de recursos no valor de R\$ 1,50 por habitante/ano, cabendo contrapartida para os governos estaduais e municipais. A Portaria 280/04 que altera os valores do incentivo para assistência farmacêutica básica dos municípios inseridos no Programa Fome Zero. Ação 4705 - Assistência Farmacêutica para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais >> critério para regionalização previsto no art. 35 da Lei 8.080, de 19.9.90.
	1293	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	Todos os Estados e DF	os critérios são os mesmos do descrito para o Estado do Acre.
	1293	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	Tocantins	os critérios são os mesmos do descrito para o Estado do Acre.
	1303	ATENÇÃO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE URGÊNCIAS, VIOLÊNCIAS E OUTRAS CAUSAS EXTERNAS	Acre	Ação - Apoio a Estruturação de serviços de atenção às urgências e emergências por violência e outras causas externas >>> critério previsto no art 35 da Lei 8080, de 19.9.90. Recursos alocados com base na Portaria nº 1863/GM em 29 de setembro de 2003, que institui a Política Nacional de Atenção às Urgências.

INCISO V - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

ORGÃO	PROGRAMA		UF	CRITÉRIOS A SEREM UTILIZADOS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EM 2006
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO		
	1303	ATENÇÃO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE URGÊNCIAS, VIOLENCIAS E OUTRAS CAUSAS EXTERNAS	Todos os Estados e DF	os critérios são os mesmos do descrito para o Estado do Acre.
	1303	ATENÇÃO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE URGÊNCIAS, VIOLENCIAS E OUTRAS CAUSAS EXTERNAS	Nacional	Recursos alocado no Nacional para realização de ajustes necessários no decorrer do exercício.
	1306	VIGILÂNCIA , PREVENÇÃO E ATENÇÃO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS	Acre	Ação 0214 - Incentivo financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para ações de prevenção e qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis >>> critérios estabelecidos nos anexos I e II da Portaria MS nº 2.313, de 19.12.2002, publicada no DOU de 20.12.2002, alterada pela Portaria MS nº 2.129, de 06.11.2003; bem como os critérios da Portaria MS nº 1.071, de 09.07.2003, que estabelece normas para o recebimento de valor adicional ao Incentivo, para disponibilização da fórmula infantil.
	1306	VIGILÂNCIA , PREVENÇÃO E ATENÇÃO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS	Todos os Estados e DF	os critérios são os mesmos do descrito para o Estado do Acre.
	1306	VIGILÂNCIA , PREVENÇÃO E ATENÇÃO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS	Nacional	Recursos alocado no Nacional para realização de ajustes necessários no decorrer do exercício.
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA				
	637	Serviço de Saúde das Forças Armadas	DF	Considerou - se na prospecção dos valores referentes ao orçamento para 2006, os custos correntes em 2005 e as perspectivas de ampliação, oferta de serviços, para o ano de 2006. Despesas obrigatórias (concessionárias de serviços públicos; contratos; materiais; serviços; outros) foram contabilizados à luz dos gastos neste exercício de 2005. As despesas variáveis (demais serviços, materiais, obras e serviços de engenharia) foram previstos vislumbrando - se o planejamento de manutenção e expansão de atividades em 2006, levando - se em conta os fatores endógenos e exógenos que impactarão o HFA naquele exercício de 2006.

INCISO V - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

ORGÃO	PROGRAMA		UF	CRITÉRIOS A SEREM UTILIZADOS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EM 2006
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO		

SANEAMENTO

36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE

	122	SANEAMENTO AMBIENTAL URBANO	Acre	Ação 3861, 7654 e 7652 >>> os critérios estão definidos na Portaria nº 106 de 04 de março de 2004, da FUNASA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, baseados em dados de Saneamento (Indicadores Sanitários - Cobertura dos serviços de saneamento básico) e Indicadores de Saúde (critérios epidemiológicos relacionados à doenças ocasionadas pela falta ou inadequação de saneamento). Ação 002L e 002M >>> os critérios estão definidos pela Portaria Interministerial n.º 96 de 04 de março de 2005, baseados na carência de infra-estrutura de saneamento em áreas situadas em Regiões Metropolitanas ou RIDE's legalmente instituídas.
	122	SANEAMENTO AMBIENTAL URBANO	Todos os Estados e DF	os critérios são os mesmos do descrito para o Estado do Acre.
	122	SANEAMENTO AMBIENTAL URBANO	Nacional	Recursos alocado no Nacional para realização de ajustes necessários no decorrer do exercício.
	122	SANEAMENTO AMBIENTAL URBANO	Acre	Ação 002N e 11KO >>> os critérios estão definidos na Portaria nº 106 de 04 de março de 2004, da FUNASA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, baseados em dados de Saneamento e Indicadores de Saúde (critérios epidemiológicos).
	122	SANEAMENTO AMBIENTAL URBANO	Todos os Estados e DF	os critérios são os mesmos do descrito para o Estado do Acre.
	122	SANEAMENTO AMBIENTAL URBANO	Nacional	Recursos alocado no Nacional para realização de ajustes necessários no decorrer do exercício.

INCISO V - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

ORGÃO	PROGRAMA		UF	CRITÉRIOS A SEREM UTILIZADOS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EM 2006
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO		

TRANSPORTES

39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

	DIVERSOS	DIVERSOS	TODAS AS UF'S	Vide critérios contidos no Anexo II
--	----------	----------	---------------	-------------------------------------

56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES

	1295	DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	RJ SP MG PE BA RN AL PB	A alocação dos recursos orçamentários em 2006 para este programa é regionalizado nas unidades federativas indicadas, em razão de serem nessas regiões onde são operados os sistemas de trens urbanos de passageiros, objeto da descentralização em andamento. Os recursos estão dimensionados em valores acertados com os estados/municípios, para que se concretize a transferência dos sistemas. No caso da Unidade Federativa de São Paulo, o valor alocado visa a quitação de pendências contratadas remanescentes da transferência já ocorrida em 1994.
--	------	---	-------------------------	--

INCISO V - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

ORGÃO	PROGRAMA		UF	CRITÉRIOS A SEREM UTILIZADOS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EM 2006
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO		

IRRIGAÇÃO

53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

	0379	Implantação de Perímetros de Irrigação no Estado do Piauí	PI	<p>Com a ampliação da área de atuação da CODEVASF, em 2000, na área do Vale do Parnaíba, buscou-se desenvolver projetos em regiões de extrema carência de recursos e tecnologias voltadas para a agricultura irrigada. Os critérios dominantes para a regionalização dos gastos tem seguido um critério de avaliação dos impactos do modelo de integração competitiva na divisão territorial do trabalho e sobretudo na integração regional, buscando minimizar os efeitos do desequilíbrio na distribuição de renda e combate a fome. As implementações de ações regionais que fomentem condições de melhoria e integração regional com o macro-cenário dos grandes polos desenvolvimentistas do país tem recorrido a processos políticos e econômicos que alavanquem impactos regionais significativos. As novas políticas sociais, estabelecidas num contexto mais amplo dentro do PPA, passaram a assumir um importante componente distributivo de caráter regional. Os Projetos, que totalizam 5 (cinco) buscam beneficiar 217 famílias diretamente, criando bases com toda infra-estrutura para as famílias reassentadas.</p> <p>Os perímetros criam um polo desenvolvimentista na área de influência alavancando o progresso e o desenvolvimento sustentável da região. As ações favorecem a geração de valor ao produto regional criando vantagens comparativas à região.</p>
	0379	Implantação de Perímetros de Irrigação no Estado de Alagoas	AL	<p>Os critérios dominantes para a regionalização dos gastos tem seguido a metodologia de avaliação dos impactos do modelo de integração competitiva na divisão territorial do trabalho e sobretudo na integração regional, buscando minimizar os efeitos do desequilíbrio na distribuição de renda e combate a fome. As implementações de ações regionais que fomentem condições de melhoria e integração regional com o macro-cenário dos grandes polos desenvolvimentistas do país tem recorrido a processos políticos e econômicos que alavanquem impactos regionais significativos. As novas políticas sociais, estabelecidas num contexto mais amplo dentro do PPA, passaram a assumir um importante componente distributivo de caráter regional. O Projeto Marituba, no estado de Alagoas, um fomentador de melhorias regionais, está localizado numa área total de 3.136ha, sendo que 1.400ha está com projetos de execução em andamento, com 3.136ha de área implantada.</p> <p>O projeto permite promover o assentamento de 350 pequenos produtores em lotes de 5 ha, possibilitando a inclusão de manejos diferenciados seja na piscicultura com a implantação de 770 ha e na bovinocultura com 376 ha.</p>
	0379	Implantação de Perímetros de Irrigação no Estado da Bahia	BA	<p>As implementações de ações regionais buscam minimizar os efeitos do desequilíbrio na distribuição de renda e combate a fome. Dentre os projetos no Estado da Bahia são destacados o Projeto Salitre, e o Projeto Baixio de Irecê, podendo ser considerados fomentadores de melhorias regionais. O primeiro está localizado numa área total de 31.305ha, sendo que 7.613ha está na fase projetos de execução em andamento e 5.940ha está implantado. Já o segundo está localizado numa área total de 59.630ha, sendo que 54.352ha está com projetos de execução em andamento e projeto básico em andamento, com 5.278ha de área implantada. Quando da conclusão possibilitará elevar a produção e a produtividade das safras agrícolas, gerando renda, aumento da oferta de alimentos e propiciando a abertura de aproximadamente 60.000 empregos diretos, 120.000 empregos indiretos, beneficiando 240.000 habitantes.</p>

INCISO V - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

ORGÃO	PROGRAMA		UF	CRITÉRIOS A SEREM UTILIZADOS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EM 2006
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO		
	0379	Implantação de Perímetros de Irrigação no Estado de Pernambuco	PE	A definição do projeto Pontal no Estado de Pernambuco partiu da premissa que resultasse minimizar os efeitos do desequilíbrio na distribuição de renda e combate a fome na região. As implementações de ações regionais que fomentem condições de melhoria e integração regional com o macro-cenário dos grandes polos desenvolvimentistas do país. A implantação do perímetro visa proporcionar aos produtores condições administrativas-técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem no campo e a sua inclusão no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a redução de custos operacionais, promovendo o desenvolvimento sócio-econômico regional, com o consequente resgate da cidadania, ao consolidar o empreendimento para a transferência da gestão aos produtores.
	0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	SE	A região nordestina é considerada como a região de maior concentração de pobreza do país, principalmente nas zonas de baixa disponibilidade de recursos hídricos ou naquelas onde eles estão sendo sub-utilizados. Projetos de irrigação voltados para a redução desse problema estão sendo implementados, bem porque eles alavacam, comprovadamente, com o aumento da oferta de alimentos, o combate à pobreza, a distribuição de renda, a geração de empregos, estes ensejados com a implantação de agroindústrias, entre outros. Além disso, a agricultura irrigada contribui significativamente para o PIB do setor primário. Todos os projetos de irrigação após a implantação da infra-estrutura de irrigação de uso comum, passam necessariamente pelas ações do Programa Transferência de Gestão, que consistem na capacitação dos usuários, na seleção e organização dos produtores, na criação do Distrito de Irrigação, na gestão do empreendimento, na operação e manutenção dos sistemas parcelares, na assistência técnica,etc. O programa é o grande responsável pela geração de empregos e renda, fixação do homem no campo e aumento da oferta de alimentos.
	0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	AL	A região nordestina é considerada como a região de maior concentração de pobreza do país, principalmente nas zonas de baixa disponibilidade de recursos hídricos ou naquelas onde eles estão sendo sub-utilizados. Projetos de irrigação voltados para a redução desse problema estão sendo implementados, bem porque eles alavacam, comprovadamente, com o aumento da oferta de alimentos, o combate à pobreza, a distribuição de renda, a geração de empregos, estes ensejados com a implantação de agroindústrias, entre outros. Além disso, a agricultura irrigada contribui significativamente para o PIB do setor primário. Todos os projetos de irrigação após a implantação da infra-estrutura de irrigação de uso comum, passam necessariamente pelas ações do Programa Transferência de Gestão, que consistem na capacitação dos usuários, na seleção e organização dos produtores, na criação do Distrito de Irrigação, na gestão do empreendimento, na operação e manutenção dos sistemas parcelares, na assistência técnica,etc. O programa é o grande responsável pela geração de empregos e renda, fixação do homem no campo e aumento da oferta de alimentos.

INCISO V - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

ORGÃO	PROGRAMA		UF	CRITÉRIOS A SEREM UTILIZADOS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EM 2006
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO		
	0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	PB	A região nordestina é considerada como a região de maior concentração de pobreza do país, principalmente nas zonas de baixa disponibilidade de recursos hídricos ou naquelas onde eles estão sendo sub-utilizados. Projetos de irrigação voltados para a redução desse problema estão sendo implementados, bem porque eles alavancam, comprovadamente, com o aumento da oferta de alimentos, o combate à pobreza, a distribuição de renda, a geração de empregos, estes ensejados com a implantação de agroindústrias, entre outros. Além disso, a agricultura irrigada contribui significativamente para o PIB do setor primário. Todos os projetos de irrigação após a implantação da infra-estrutura de irrigação de uso comum, passam necessariamente pelas ações do Programa Transferência de Gestão, que consistem na capacitação dos usuários, na seleção e organização dos produtores, na criação do Distrito de Irrigação, na gestão do empreendimento, na operação e manutenção dos sistemas parcelares, na assistência técnica,etc. O programa é o grande responsável pela geração de empregos e renda, fixação do homem no campo e aumento da oferta de alimentos.
	0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	GO	O estado de Goiás possui condições locais favoráveis de clima, topografia, recursos hídricos e solos para o desenvolvimento da agricultura irrigada, porém as iniciativas esparsas dos pequenos agricultores da região não são suficientes para promover o desenvolvimento econômico e social da região. Os Projetos de Irrigação existentes no estado além de promover a implantação de agroindústrias na região, tem também como um dos principais objetivos implantar assentamentos rurais aos irrigantes contribuindo para as políticas de reforma agrária. Todos os projetos de irrigação após a implantação da infra-estrutura de irrigação de uso comum, passam necessariamente pelas ações do Programa Transferência de Gestão, que consistem na capacitação dos usuários, na seleção e organização dos produtores, na criação do Distrito de Irrigação, na gestão do empreendimento, na operação e manutenção dos sistemas parcelares, na assistência técnica,etc. O programa é o grande responsável pela geração de empregos e renda, fixação do homem no campo e aumento da oferta de alimentos.
	0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	TO	Tocantins é permeado de desigualdades socioeconômicas e, apesar de ser um dos estados brasileiros de melhor IDH, possui regiões que apresentam problemas associados à estagnação econômica. O desenvolvimento hidroagrícola têm sido uma ótima opção para promover o aproveitamento das potencialidades endógenas, pois a disponibilização de recursos hídricos em diversas bacias e sub-bacias hidrográficas propicia a captação d'água para diversos usos, minimizando os efeitos danosos das estiagens, existentes nas regiões dos projetos, sobre a população, animais e atividades econômicas.
	1038	Transferência de gestão dos perímetros públicos de irrigação/na região nordeste	NE	Priorização realizada pelo Ministério da Integração Nacional dos projetos de irrigação do DNOCS, considerando o potencial produtivo e econômica dos projetos, visando incorporar ao processo produtivo as áreas irrigadas que se encontram desativadas e/ou improdutivas. Os recursos orçamentários a serem empregados em cada perímetro foram estimados levando-se em consideração as obras necessárias para a recuperação da infra-estrutura de irrigação de uso comum, o custeio operacional anual do perímetro, o custo com assistência técnica e extensão rural, a aquisição de equipamentos e bens móveis julgados importantes para que se alcance do estágio de autogestão, e outros.

INCISO V - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

ORGÃO	PROGRAMA		UF	CRITÉRIOS A SEREM UTILIZADOS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EM 2006
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO		
	1038	Transferência de Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação	AL	Todos os projetos de irrigação após a implantação da infra-estrutura de irrigação de uso comum, passam necessariamente pelas ações do Programa Transferência de Gestão, que consistem na capacitação dos usuários, na seleção e organização dos produtores, na criação do Distrito de Irrigação, na gestão do empreendimento, na operação e manutenção dos sistemas parcelares, na assistência técnica,etc. O programa é o grande responsável pela geração de empregos e renda, fixação do homem no campo e aumento da oferta de alimentos.
	1038	Transferência de Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação	GO	Todos os projetos de irrigação após a implantação da infra-estrutura de irrigação de uso comum, passam necessariamente pelas ações do Programa Transferência de Gestão, que consistem na capacitação dos usuários, na seleção e organização dos produtores, na criação do Distrito de Irrigação, na gestão do empreendimento, na operação e manutenção dos sistemas parcelares, na assistência técnica,etc. O programa é o grande responsável pela geração de empregos e renda, fixação do homem no campo e aumento da oferta de alimentos.
	1038	Transferência de Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação	MS	Todos os projetos de irrigação após a implantação da infra-estrutura de irrigação de uso comum, passam necessariamente pelas ações do Programa Transferência de Gestão, que consistem na capacitação dos usuários, na seleção e organização dos produtores, na criação do Distrito de Irrigação, na gestão do empreendimento, na operação e manutenção dos sistemas parcelares, na assistência técnica,etc. O programa é o grande responsável pela geração de empregos e renda, fixação do homem no campo e aumento da oferta de alimentos.
	1038	Transferência de Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação	PB	Todos os projetos de irrigação após a implantação da infra-estrutura de irrigação de uso comum, passam necessariamente pelas ações do Programa Transferência de Gestão, que consistem na capacitação dos usuários, na seleção e organização dos produtores, na criação do Distrito de Irrigação, na gestão do empreendimento, na operação e manutenção dos sistemas parcelares, na assistência técnica,etc. O programa é o grande responsável pela geração de empregos e renda, fixação do homem no campo e aumento da oferta de alimentos.
	1038	Transferência de Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação	MA	Todos os projetos de irrigação após a implantação da infra-estrutura de irrigação de uso comum, passam necessariamente pelas ações do Programa Transferência de Gestão, que consistem na capacitação dos usuários, na seleção e organização dos produtores, na criação do Distrito de Irrigação, na gestão do empreendimento, na operação e manutenção dos sistemas parcelares, na assistência técnica,etc. O programa é o grande responsável pela geração de empregos e renda, fixação do homem no campo e aumento da oferta de alimentos.
	1038	Transferência de Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação	RR	Todos os projetos de irrigação após a implantação da infra-estrutura de irrigação de uso comum, passam necessariamente pelas ações do Programa Transferência de Gestão, que consistem na capacitação dos usuários, na seleção e organização dos produtores, na criação do Distrito de Irrigação, na gestão do empreendimento, na operação e manutenção dos sistemas parcelares, na assistência técnica,etc. O programa é o grande responsável pela geração de empregos e renda, fixação do homem no campo e aumento da oferta de alimentos.
	1038	Transferência de Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação	CE	Todos os projetos de irrigação após a implantação da infra-estrutura de irrigação de uso comum, passam necessariamente pelas ações do Programa Transferência de Gestão, que consistem na capacitação dos usuários, na seleção e organização dos produtores, na criação do Distrito de Irrigação, na gestão do empreendimento, na operação e manutenção dos sistemas parcelares, na assistência técnica,etc. O programa é o grande responsável pela geração de empregos e renda, fixação do homem no campo e aumento da oferta de alimentos.

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL – SOF**

Inciso V das Informações Complementares relacionadas no Anexo III da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006

V - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

ANEXO I

CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os critérios de partilha referente aos recursos da assistência social alocados no FNAS transferidos para os Fundos Municipais e Estaduais de Assistência Social são propostos pelo MDS, acordados e aprovados na Comissão Intergestora Tripartite - CIT (União, Estados e Municípios) e Comissão Intergestora Bipartite - CIB, aprovados pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e demais Conselhos de Assistência, conforme disposto na Norma Operacional Básica, na Política Nacional de Assistência Social e Lei Orgânica da Assistência Social. Os valores alocados no localizador nacional serão partilhados no decorrer do exercício de 2006.

Em relação à transferência de renda - Bolsa Família a partilha se dá por meio do disposto na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, lei de criação do Bolsa Família, conforme segue:

Art. 2º Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o disposto em regulamento:

I - o benefício básico, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;

II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos.

§ 1º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros;

II - nutriz, a mãe que esteja amamentando seu filho com até 6 (seis) meses de idade para o qual o leite materno seja o principal alimento;

III - renda familiar mensal, a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da família, excluindo-se os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda, nos termos do regulamento.

§ 2º O valor do benefício mensal a que se refere o inciso I do caput será de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e será concedido a famílias com renda per capita de até R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 3º O valor do benefício mensal a que se refere o inciso II do caput será de R\$ 15,00 (quinze reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por família beneficiada e será concedido a famílias com renda per capita de até R\$ 100,00 (cem reais).

§ 4º A família beneficiária da transferência a que se refere o inciso I do caput poderá receber, cumulativamente, o benefício a que se refere o inciso II do caput , observado o limite estabelecido no § 3º .

§ 5º A família cuja renda per capita mensal seja superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), até o limite de R\$ 100,00 (cem reais), receberá exclusivamente o benefício a que se refere o inciso II do caput , de acordo com sua composição, até o limite estabelecido no § 3º .

§ 6º Os valores dos benefícios e os valores referenciais para caracterização de situação de pobreza ou extrema pobreza de que tratam os §§ 2º e 3º poderão ser majorados pelo Poder Executivo, em razão da dinâmica socioeconômica do País e de estudos técnicos sobre o tema, atendido o disposto no parágrafo único do art. 6º

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL – SOF**

Inciso V das Informações Complementares relacionadas no Anexo III da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006

V - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

ANEXO II

CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A ÁREA DE TRANSPORTES

SETOR RODOVIÁRIO

O programação das obras da proposta orçamentária para 2006 contempla adequação/duplicação, restauração/CREMA, recuperação de trechos rodoviários, construção de novos trechos, construção e adequação de contornos, construção/recuperação de obras de arte especiais e conservação de rodovias. No conjunto de obras, incluem-se aquelas de relevância estratégica para o processo de integração regional e fundamental para a integração do País, bem como para a interligação internacional, nos programas dos corredores Mercosul, Leste, Transmetropolitano, Nordeste, São Francisco, Fronteira Norte e outros, que contam com financiamentos de organismos financeiros internacionais como a manutenção da malha rodoviária federal com os serviços de conservação, sinalização e restauração, onde o CREMA está sendo executado em vários estados da federação. Deve-se enfatizar a recuperação de importantes segmentos rodoviários utilizados para o escoamento de safras agrícolas, tanto para exportação como para abastecimento interno, bem como segmentos para atendimento do fluxo turístico. Este programa de recuperação de trechos rodoviários pretende continuar a recuperação dos principais eixos rodoviários do País, incluídos os segmentos mais importantes da malha rodoviária que se encontram deteriorados, objetivando restabelecer condições adequadas de tráfego para atendimento da demanda com conforto e segurança. Cabe ainda destacar as obras de adequação/duplicação de importantes segmentos tais como: BR-101 no segmento Florianópolis - Osório, que dará continuidade ao corredor do Mercosul, BR -101 Nordeste nos segmentos Natal-Div.RN/PB-Recife-Div.PE/AL, que permitirão o desenvolvimento do turismo na Região, conclusão da adequação da Br-381, Belo Horizonte - São Paulo, construção/adequação do "Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, adequação da BR-116 no trecho São Paulo - Curitiba. São relevantes, ainda, obras programadas na Região Norte, nos Estados do Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre e Amapá, que propiciarão a melhoria das ligações com o restante do País, bem assim com os Paises Limítrofes.

O programa descentralização de rodovias, que inclui a transferência para estados e a concessão à iniciativa privada para exploração, permitiu, transferir para diversos estados 16.890 km de

rodovias e, numa primeira etapa, transferir à iniciativa privada a Via Dutra, ponte Rio- Niterói, o trecho da BR- 040 entre o Rio de Janeiro e Juiz de Fora, a BR- 116, entre Rio de Janeiro e Além Paraíba e a BR- 290 Porto Alegre e Osório, além dos Pólos de Pelotas e Santa Maria, totalizando 1. 680 km de concessões. Dentro do programa de concessões, estão em andamento os processos para privatização de mais 2.718 km de rodovias. O programa de descentralização é de grande importância para a solução dos problemas da malha rodoviária federal, pois procura otimizar o sistema e o uso dos recursos, com a transferência de responsabilidades, fazendo com que os investimentos públicos da União possam se concentrar em segmentos importantes do ponto de vista nacional.

SETOR FERROVIARIO

Após a privatização da operação dos serviços prestados pela Rede Ferroviária Federal S.A. e pela Ferrovia Paulista S A, as ações do governo federal concentraram-se na regulação, fiscalização e controle dos serviços concedidos, desativação de trechos e ramais antieconômicos, fiscalização do tráfego mutuo e direito de passagem e do transporte de cargas perigosas, segurança e qualidade dos serviços oferecidos, entre outras.Assim, na busca de solução para os problemas críticos apresentados ao bom desempenho da operação ferroviária e a segurança de comunidades lindeiras ás ferrovias e aos conflitos gerados entre a operação ferroviária em áreas urbanas e comunidades locais estão sendo realizados estudos e sendo programados contornos ferroviários em Montes Claros (MG), em Candeias (BA), em Santo Amaro (BA), em Campo Belo (MG) e em Araraquara (SP). Além dessas obras estão sendo programadas obras de adequação de linhas ferroviárias em Patrocínio (MG), em Londrina (PR), em Curitiba (PR), em Maringá (PR) e em Santa Maria (RS). Complementando estas ações programou-se passagens superiores ou inferiores em Alagoinhas (BA), em Valentim Gentil (SP), em Matão (SP), em São José do Rio Preto, em Paverana (RS) e em Paranaguá (PR). Já a Ferrovia Norte Sul teve a sua implantação reativada a partir de 1995, após seis anos de paralisação em razão de dificuldades de ordem orçamentária e financeira. A retomada das obras ocorreu depois da inclusão do projeto no programa Brasil em Ação, posteriormente, no Avança Brasil, e, em seguida, no Programa Ações com Gerenciamento Intensivo e, recentemente no Projeto Piloto. Essa ferrovia tem a finalidade proporcionar uma via econômica de escoamento da produção das regiões Norte e Centro-Oeste, com possibilidade de integração com os demais modais de transporte. Atualmente a Ferrovia já dispõe de 230 km, dos quais estão em operação 215 km entre Açailândia e Porto Franco, sendo que a implantação do pátio multimodal no município de Porto Franco reduziu em mais de 20% o frete de escoamento da produção de soja da região de Balsas (MA) pelo Porto de Itaqui. Encontra-se concluída a construção da ponte sobre o rio Tocantins, no município de Estreito (MA), com 1 272 m de extensão. Finalizou-se também a plataforma multimodal de Aguiarnópolis (TO) com modernas instalações de transbordo, que permitirá a agilização dos procedimentos de carga e descarga, racionalizando a espera dos transportadores dos diversos modais envolvidos. Dando continuidade à construção da ferrovia estão em andamento as obras no trecho entre Aguiarnópolis e Babaçulândia, em Tocantins, que, após concluído, alcançará importante fronteira agrícola do polo produtor de grãos do norte daquele Estado. Em função da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, as obras da Ferrovia Norte Sul, no trecho, Aguiarnópolis – Babaçulândia deverão estar concluídas antes do preenchimento do reservatório.

SETOR PORTUÁRIO

Com a promulgação da Lei nº 8.630/93, chamada "Lei dos Portos", estabeleceu-se um novo regime jurídico de exploração dos portos organizados e suas instalações, segundo o qual o Estado possa exercer prioritariamente as funções inerentes à Autoridade Portuária em detrimento das atribuições anteriores de provedor e operador da infra-estrutura do setor, tendo como consequência o Programa de Desestatização dos Portos, envolvendo a participação da iniciativa privada na operação, nos investimentos em instalações, no reaparelhamento portuário, no arrendamento de área e instalações. Os resultados dessa política assim se expressam: descentralização para os Estados e Municípios de dezenove portos fluviais e marítimos, dentre os quais se incluem os seguintes portos: Porto de Alegre, Rio Grande, Manaus, Itajaí, Cabedelo, Itaqui e Recife, além da celebração de 74 Contratos de Adesão e 44 Termos de Autorização, regulando a exploração de terminais de uso privativo e arrendamento de 9,0 mil m² de áreas portuárias ao setor privado. O Ministério dos Transportes e a comunidade portuária debatem os efeitos e as perspectivas dessa legislação, de forma a adequá-la aos novos tempos, especialmente no contexto da globalização e competitividade internacional, garantindo a operação dos portos e a solução dos principais conflitos, de forma a proporcionar maior estabilidade para os trabalhadores e regras claras para a classe empresarial. Permanece a continuidade dos investimentos direcionados à execução de obras de implantação, ampliação, e recuperação da infra-estrutura portuária, destacando-se as obras de recuperação de instalações portuárias, tais como a do Terminal Salineiro de Areia Branca - RN, obras de construção de instalações portuárias, já iniciadas, exemplificando as de ampliação dos molhes do Porto de Rio Grande e as de retificação do molhe do Porto de Laguna, além da realização de outras obras como o acesso ao Porto de Santos com construção da Avenida Perimetral em fase de projeto e licenciamento ambiental, a recuperação dos molhes do Porto de Imbituba, bem como a execução de serviços de dragagens em portos nacionais. A construção de portos fluviais na região amazônica, destaca-se pelo esforço do governo federal em dotar a região de uma infra-estrutura portuária capaz de propiciar maior segurança nas operações de embarque e desembarque de passageiros e cargas. Esses empreendimentos se baseiam, fundamentalmente, numa visão política de forte cunho social, além de fomentar o desenvolvimento e a interação em uma região onde predomina a escassez de alternativas diferentes de transporte para o atendimento das finalidades básicas daquela localidade, onde o modal rodoviário se constitui em uma variável complementar em virtude das dificuldades na sua utilização, principalmente, nos períodos chuvosos. Portanto, essas unidades portuárias são de fundamental importância para as populações ribeirinhas, para as atividades comerciais locais, para o escoamento de produtos, para o abastecimento e, principalmente, para as incrementar as relações sociais na região. Finalizando, é importante citar a continuidade da implantação do ISPS - Código Internacional de Proteção de Navios e Instalações Portuárias, sistema de segurança portuário que tem por objetivo evitar o trânsito de armamentos e pessoas não autorizadas, clandestinidade em navios, atos bélicos e a adoção de medidas preventivas entre outras.

SETOR HIDROVIÁRIO

Dentro da política de interiorização dos transportes traçada pelo Ministério dos Transportes, é uma das prioridades a exploração da potencialidade do transporte hidroviário, que possui vasta

extensão de vias navegáveis. É imperioso, nos dias de hoje, mediante o acelerado processo de globalização da economia mundial, a exploração do potencial do sistema de transportes nas vias navegáveis interiores, para a redução de custos e competitividade dos produtos nacionais. Nesse contexto, está inserido o desenvolvimento do transporte hidroviário, de custos inferiores aos demais modais, voltado especialmente para grandes volumes de cargas e longas distâncias, sendo o menos impactante na preservação ambiental. A manutenção da malha hidroviária tem se constituído em ação relevante desta Pasta, mesmo com as restrições de recursos para essa finalidade, os quais estão distribuídos em oito administrações hidroviárias e se destinam às atividades de manutenção. A implantação de um sistema hidroviário interior multimodal depende de investimentos contínuos em infra-estrutura, e dentre as prioridades do setor estão às obras de construção das Eclusas de Tucuruí e Lajeado, ambas no rio Tocantins, e os serviços de manutenção nas hidrovias, tais como: dragagem, sinalização, balizamento, limpeza e destocamento.

SETOR DE MARINHA MERCANTE

A partir de 1995, diversas medidas foram adotadas de forma a promover o ordenamento no transporte aquaviário, ampliando as possibilidades de participação de capital no transporte aquaviário, ampliando as possibilidades de participação de capital estrangeiro no mercado nacional, redefinindo o conceito de empresa brasileira de navegação, reduzindo exigência relativas ao arvoramento de bandeira brasileira nas embarcações, além de sinalizar com o incentivo à indústria naval e à marinha mercante ao criar o Registro Especial Brasileiro-REB. Dando continuidade a esta política foram promovidas alterações na condições de financiamento com recursos do Fundo da Marinha Mercante e da Indústria Naval que, no período de 1995 a 2003 registrou a assinatura de 244 novos contratos para financiamento de embarcações e a entrega de 281 embarcações, proporcionado a redução do custo final da cadeia produtiva de bens agrícola e industriais, contribuindo para o aumento do Produto Interno Bruto-PIB do País, em consonância com a política de redução do CUSTO BRASIL, reduzindo déficit na balança externa de serviços, pela substituição de navios afretados e aumentando a participação de navios próprios de bandeira brasileira, bem como, gerando empregos e renda na atividade de construção naval. Com o advento da Lei 10.983/2004, os recursos do FMM, que já financiavam obras de construção, modernização e recuperação naval em embarcações destinada as atividades de transporte marítimo internacional e nacional, transporte de passageiro e carga na navegação interior, de apoio marítimo e portuário, passaram também a financiar atividades de pesca, construção de novas unidades industriais para construção de embarcações além de outras unidades industriais como plataformas de petróleo, diques flutuantes, câbreas, dragas, embarcações para Marinha do Brasil, entre outras. O financiamento se estende à produção de embarcações destinadas à exportação e aos projetos de modernização de estaleiros nacionais. Registra-se que de janeiro de 2003 até maio de 2005 já foram entregues 79 embarcações financiadas com recursos do Fundo da Marinha Mercante e outras 65 obras já receberam prioridade do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, entre elas a construção de três estaleiros.